DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 1504/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/3880/2016
PROTOCOLO	: 1670591
ÓRGÃO	: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL
JURISDICIONADO	: GERSON CLARO DINO / ROBERTO HASHIOKA SOLER
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 5928/2016/DETRAN
PROCEDIMENTO	: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 31/709.747/2015
CONTRATADO	: MACHADO E CAETANO LTDA – *alteração da razão* – ANANIAS & CIA LTDA
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE APTIDÃO FÍSICA E MENTAL AOS CANDIDATOS A OBTENÇÃO, RENOVAÇÃO, INCLUSÃO OU MUDANÇA DE CATEGORIA DA CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE CAARAPÓ – MS.
VALOR	: R$ 130.912,47
RELATOR	: CONS. JERSON DOMINGOS

Versam os autos sobre a análise do procedimento – Inexigibilidade de Licitação (Processo Administrativo nº 31/709.747/2015), a formalização do instrumento Contratual (Contrato nº 5928/2016/DETRAN) do aditamento (1º Termo aditivo), apostilamento e da execução financeira, celebrado entre o Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul – DETRAN/MS e a empresa Machado e Caetano Ltda, tendo como objeto a contratação de empresa para a realização de exames de aptidão física e mental aos candidatos a obtenção, renovação, inclusão ou mudança de categoria da Carteira Nacional de Habilitação, no município de Caarapó/MS.

A equipe técnica da Divisão de Fiscalização de Contratação Pública exaurou a análise ANA – DFCPPC – 11421/2019 manifestando-se pela **irregularidade** do procedimento de inexigibilidade de licitação, da formalização do contrato de credenciamento e do apostilamento, e pela **regularidade** da formalização do 1º Termo Aditivo e da execução financeira.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer PAR-2ªPRC-417/2020, pela **legalidade com ressalva** do procedimento de inexigibilidade de licitação e do Apostilamento, e pela **regularidade** da formalização do Contrato de Credenciamento, do 1º Termo Aditivo, e da execução financeira.

É o relatório.

O procedimento de inexigibilidade de licitação foi formalizado, no âmbito do órgão jurisdicionado, por meio do Processo Administrativo nº 31/709.747/2015, cuja documentação, encontra-se completa de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa TC/MS nº 35/2011 e atende as exigências legais pertinentes à matéria, em especial o art. 25, I da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como a Resolução nº 425/2012 do CONTRAN Artigos 22, incisos II e X, e 148 da Lei nº 9.503/1997 (CTB), com a ressalva da ausência do parecer jurídico da minuta do contrato.

O instrumento contratual celebrado entre as partes foi o Contrato nº 5928/2016/DETRAN, aplicável no presente caso e formalizado em observância às normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, contendo seus elementos essenciais, dentre os quais: número do contrato, partes, objeto, dotação orçamentária, valor e vigência, estando revestido, portanto, da regularidade exigida.

Do aditamento (1º Termo Aditivo) ao Contrato em comento, cujo objeto foi à prorrogação do prazo por 12 meses, este, encontra-se regular, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, com remessa e publicação de acordo com a Instrução Normativa TC/MS nº 54/2016.

Quanto à formalização do Apostilamento, resssalvamos que referido instrumento serve ao propósito de medidas de ordem burocráticas previstas no art. 65, § 8º, da Lei de Licitações, não servindo para o caso de alteração social a qual deve ser formalizada por aditivo contratual.

Em relação à execução financeira da contratação, nos termos da análise técnica, a mesma, encontra-se da seguinte forma:

- Empenhos emitidos: R$ 116.539,95;
- Comprovantes Fiscais: R$ 116.539,95 e,
- Pagamentos efetuados: R$ 116.539,95;

Assim, a despesa restou devidamente comprovada, de acordo com as normas de finanças públicas prescritas na Lei Federal nº 4.320/64 e com as determinações contidas na legislação regente.

Ante o exposto, após a análise Divisão de Contratação Pública e do Ministério Público de Contas e **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE com RESSALVA** do procedimento – Inexigibilidade de Licitação (Processo Administrativo nº 31/709.747/2015), correspondente a 1ª fase, nos termos do art. 59, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 121, I, "*a*", do Regimento Interno aprovado pela RTC/MS n.º 98/2018;

II – Pela **REGULARIDADE** da formalização do instrumento contratual (Contrato nº 5928/2016/DETRAN), correspondente a 2ª fase, nos termos do art. 59, I, da LC n.º 160/2012 c/c os art.121, II, do Regimento Interno;

III – Pela **REGULARIDADE** do aditamento (1º Termo Aditivo), nos termos do art. 59, I, da LC n.º 160/2012 c/c o artigo 121, §4º, do Regimento Interno;

IV – Pela **REGULARIDADE com RESSALVA** do apostilamento, nos termos da LC n.º 160/2012 e do Regimento Interno;

V – Pela **REGULARIDADE** da execução financeira contratual em comento, nos termos do art. 59, I, da LC n.º 160/2012 c/c o artigo 121, III, do Regimento Interno;

VI – Pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50 da LC n.º 160/2012 c/c o art. 70, §2º, do Regimento Interno.

Campo Grande/MS, 12 de fevereiro de 2020.

Cons. JERSON DOMINGOS
Relator

AMG